

Ata da Reunião Ampliada Ordinária de Dezembro do CEDM/PR

Ao décimo primeiro dia do mês de Dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas em primeira chamada e às nove horas e quinze minutos em segunda chamada, na EMATER/SEAB, na Rua da Bandeira, 500, Cabral, Curitiba/Pr, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. Abertura, senhora Jane Vasques, Secretária Executiva, dá as boas vindas aos presentes e solicita que Conselheiros se apresentem, assim como todos os convidados. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Conselheiros Representantes Governamentais: Titular: Mara Sperandio - SEJUR/DGDM, Suplente: Tania Domingues - SEJUF/DGDM, Titular: Jussara Ribeiro - SEAB, Suplente: Kelly Cunha - SEJUF/DEDIF, Titular: Carolina Poliquesi - SESA, Titular: Silvia Castro - SEPL, Titular Kamila Kunz - SEDU, Titular Marcia Marcondes – SESP. **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa – UBM, Titular: Angela Haiduk – CRP, Titular: Ana Carolina Datora – APP, Titular: Carmen Ribeiro - RFS, Titular: Giana de Marco - Grupo Dignidade, Ivanete Paulino Xavier – Rede Mulheres Negras, Titular: Rosalina-Batista - ASSEMPA, Titular: Maria Elvira Araujo – FAMOPAR, Suplente: Silvana Fachenco – FAMOPAR, Titular: Terezinha Possebom – HUMSOL, Suplente: Maria Inez Barbosa Marques. **Colaboradores e Convidados:** Helena de Souza Rocha membro da Comissão de Estudos Sobre Violência de Gênero – OAB e Edivana Venturini-Comissão da OAB Mulher. **1. Apreciação e aprovação da pauta:** pauta aprovada. **3. Boas Vindas da SEAB:** a conselheira Jussara deu boas vindas às conselheiras acrescentou que é uma honra receber o conselho e que sempre estará a disposição, e a reunião deu-se início com a exibição de um vídeo acerca das ações da SEAB. **6. Apresentação SEAB:** a conselheira Jussara, apresentou um balanço das ações realizadas durante o ano de 2019 pela SEAB, focalizando nos objetivos em que a EMATER/SEAB tem comprometimento para com o Plano Estadual da Mulher, onde se procura desenvolver o protagonismo e a autonomia econômica, além do fortalecimento dos espaços comunitários para o protagonismo feminino em si. A apresentação, na íntegra, está disponível no site: <http://www.cedm.pr.gov.br/>. Após a apresentação, abriu-se inscrição para questionamentos e colocações. Assim, a conselheira Maria Isabel ressaltou acerca da comercialização dos queijos, apontando para a importância da legislação permitindo a produção dos queijos em âmbito estadual; prosseguindo, a conselheira questionou a respeito das hortas urbanas, já que há recursos para tal e é, segundo ela, importante a visibilidade, pois trata-se diretamente de um envolvimento com as pessoas mais vulneráveis, sendo majoritariamente mulheres. Já a conselheira Silvana elogiou o trabalho, mas questionou se as ações capacitam as mulheres enquanto multiplicadoras, tendo condições reais de trabalho, venda, contratação de funcionários e afins, e se receberam, por exemplo, em seus queijos, o selo da EMATER, além de questionar se as hortas são orgânicas; questionou ainda se os recursos da Fomento Paraná permanecem e se estão integrados no programa, em conjunto com o mapeamento do IDH. A conselheira Carmen indagou qual seria o público-alvo do trabalho em termos quantitativos, a fim de conhecer o impacto do conjunto. Enquanto a conselheira Maria Inez, inqueriu sobre a criação de institutos no âmbito das associações, questionando qual o formato de cooperativa e se há alguma experiência**

neste sentido. A presidente entrevistou dizendo que a questão do IDH pode mascarar as informações, já que os números escondem a pobreza no campo, impedindo até mesmo a obtenção de recursos por parte do município. Adiante, a conselheira Jussara respondeu que a questão do queijo houvera um esforço para que se facilitasse a comercialização, porém ainda encontra-se dificuldade no avanço da operacionalização; da capacitação, expressou que o caráter é ofertado às mulheres constantemente, mas como multiplicadoras, no sentido de elas repassarem, não é realizado, tendo em vista o trabalho buscar envolver as pessoas inteirados no processo, além das dificuldades da própria produção. Com relação às hortas urbanas, apontou a existência de um departamento com uma linha de recursos para tal, mas que não se trabalha com tal, já que o público é rural, destinado o trabalho para o município em si. A respeito das hortas, elucidou que são ecológicas devido a necessidade da qualidade no alto consumo, mesmo que haja um contingente de agricultores ainda convencionais, que também são atendidos e, respectivamente, orientados. Ilustrou que a EMATER está envolvida na proposta de aumento de produção orgânica no Estado. Das questões do IDH, expressou que o trabalho concentra-se nas áreas mais debilitadas, ou seja, com IDH mais baixo, porém, considerando também áreas precarizadas invisibilizados. Expressou ainda que a EMATER realiza seus projetos sozinha, apenas com algumas entidades, mas sem programa de Estado. Do Fomento Paraná, salientou que não se encontra vias de avanço na discussão, pois o programa estabelece que o município precisa ter a agência para operar, no entanto, o entrave está em negociar com os municípios. Acerca do percentual, exibiu que 1/3 do público da EMATER são mulheres, ou seja, um número pequeno, porém em crescimento, saltando de 5% a 10% em um período de 8 anos. Finalizando, a conselheira manifestou que não se pode perder de vista a questão política em escala macro para o país, caminhando em direção contrária à agroecologia, ao atendimento das famílias vulneráveis e sob a perspectiva do livre mercado, mas que o esforço deve ser mantido a fim de contrariar a direção mercadológica, já, ainda assim, expressou conseguir perceber o avanço das mulheres rurais em apoio com os movimentos sociais. Com isso, a apresentação encerrou-se. **4. Conclusão do Guia para Orientações de Conselhos Municipais do Direito da Mulher:** a conselheira Carmen expressou a posse de alguns materiais produzidos na mesma direção do projeto, produzidos pelo Departamento, do qual a SEC Jane exibiu em plenária; a conselheira manifestou que o conselho não discutiu as propostas, elaboradas pela secretaria; Carmen, assim, expressou que houve certa nebulosidade na proposta de criação da comissão e que esta só pôde reunir-se uma vez, mas sem a elaboração de uma criação final do produto. Além disso, levantou-se também a necessidade de o conselho possuir demais materiais prontos relacionados a questões pertinentes do conselho e da mulher como um todo. Contudo, a conselheira e chefe do Departamento de Política para as Mulheres, Mara elucidou que tais materiais precisam passar pela aprovação da PGE, o que já fora solicitado em julho, porém a resposta fora obtida apenas em dezembro, onde se questionou a necessidade dos materiais – acarretando na necessidade de refazer todo o processo. A alternativa sugerida pela presidente, dessa maneira, foi de enviar um ofício em nome do conselho reivindicando a obtenção da liberação da produção de tais materiais. Contudo, mesmo sem a liberação da obtenção do material físico, o conselho entendeu a necessidade de que o Guia seja aprovado pelo conselho, mesmo que disponível apenas em uma

plataforma digital, sendo tal a tarefa da comissão. Da conversa que a comissão obteve, a conselheira Carmen relatou que a proposta central do Guia é conter o que é, em síntese, um conselho, a sua importância, o método de criação e alguns encaminhamentos que facilitem o processo para o município, como uma minuta de lei de criação do Conselho, uma minuta de regimento interno, entre outros, além de homogeneizar a padronização dos conselhos tendo em vista o guia formulado por demais conselhos. Logo, a comissão deve analisar o tipo de material e quais informações são imprescindíveis, disse a presidente, com a possibilidade de diferenciação entre um material impresso e um material digital, sendo este mais extenso e especificado e aquele mais enxuto. Adiante, a comissão temporária, assim, agendou sua reunião para o dia 4 de Fevereiro de 2020, uma terça feira, às 9h. **2. Informes da SEC/CEDM:** Justificativas de Ausência: *Maria Isabel Leprevost Baldin - SEED/Férias; Marisa Stedeli – FETEC – Reunião de Trabalho; Joseli Collaço – Reunião de Trabalho.* Participações: Representante da SESA Suplente Bernadete Carrara no Encontro de Saúde em Londrina promovido pela – ASSEMPA; o relatório do evento, elaborado pela conselheira, será encaminhado às conselheiras. Substituições: CUT da Titular Anacelie Azevedo pela Eunice Miyamoto. ATAS: Setembro, Outubro e Novembro foram enviadas, por e-mail, aguardo sugestões até o dia 16/12. A reunião de Fevereiro ficou agendada para o dia 18, terça feira. **5. Conferências Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher:** a presidente manifestou a necessidade de se revisar o corpo de membros da comissão que tratará das conferências, visto que possui um número exíguo. Por ora, a comissão ficou composta pelas conselheiras: Márcia, Tânia, Maria Isabel, Ana Raggio, Terezinha e Carmen. As conferências deverão seguir o plano nacional, no qual consta, conforme publicizado no Diário Oficial da União, que a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá como tema "Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia", que será dividido nos seguintes eixos temáticos: I - "A Política Nacional para as Mulheres: Avanços e desafios e o papel do Estado na gestão das políticas para as mulheres"; II - "O Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: Propostas de Estrutura, inter-relações, instrumentos de gestão, recursos, política nacional de formação, estratégias de institucionalização, regulamentação e implementação do Sistema"; III - "Políticas Públicas Temáticas para as Mulheres: Avanços e desafios e enfrentamento às violências, saúde integral, trabalho, autonomia econômica, participação nos espaços de poder e decisão, educação para a igualdade e diversidade". Averiguou-se a necessidade de enviar aos municípios questionando acerca de como está o processo da conferência municipal, a fim de respeitar os prazos de realização. Posteriormente, também carece-se analisar se a presente comissão deverá responsabilizar-se por consolidar as propostas. A presidente ainda sugeriu a elaboração de um ofício solicitando que o recurso já anunciado para a realização da Conferência Estadual seja formalizado, para que assim possa-se gerar o planejamento e o encaminhamento, além de dar subsídio aos municípios informando quantas conselheiras poderão ser eleitas para tal. **8. Palavra das Conselheiras:** a conselheira Ana Carolina apresentou um texto que esteve em elaboração no sindicato dos professores do qual ainda não se possuía dados conclusivos, mas que se observava uma questão de assédio moral e de adoecimento da categoria, do qual 80% é feminina – por isso, encaminhou a situação ao conselho requerendo posicionamento acerca das condições de trabalho das trabalhadoras em educação. Para tal, a conselheira leu um



trecho do texto, do qual apontou que o caráter de atos administrativos agindo sobre a carreira de tais profissionais falseia uma sensação de estabilidade de tais profissionais, além de uma penalização dos professores em detrimento ao baixo rendimento e abandono escolar dos alunos, que está associado, na verdade, à desigualdade econômica e social do Estado e do país. A conselheira ainda elencou outra série de situações de assédio moral do qual tais profissionais são vítimas, do qual, registrou ela, a SEED negar-se-ia a debater e dialogar. Na intensificação do adoecimento nos últimos anos e tais profissionais registrou-se, inclusive, aumento de casos de suicídio – fora apresentado um estudo realizado pela UFPR com os professores onde se percebeu que se encontra sintomas depressivos em mais de 40% de tais profissionais, dentro os quais 25% apresentavam depressão leve e 18% depressão moderada ou grave, sendo apenas 29% dos professores estudados apresentavam níveis mínimos de ansiedade. A expectativa da conselheira fora de que um posicionamento do conselho concedesse força política à reivindicação. O conselho adiou encaminhamentos acerca do tema a fim de estudá-lo com profundidade e, se necessário, possivelmente incluí-lo como ponto de pauta. Adiante, a presidente do CMDM de Paranaíba apresentou que propôs uma reunião no início de setembro com a Rede de Atendimento e de Enfrentamento À Violência Contra a Mulher e outros parceiros e juntos elaboraram uma agenda unificada de um projeto intitulado 21 Dias Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, uma experiência frutífera. Já a conselheira Angela expôs que no dia 2 de dezembro esteve em Brasília representando o CRP-PR no lançamento do relatório nacional de inspeções aos hospitais psiquiátricos; ela relatou que no livro há uma série de violação de direitos à mulher e à LGBT's no respeito à privacidade e afins. Dessa maneira, ilustrou que se a compreensão for de que tal assunto seja um ponto de pauta, logo, a conselheira dispõe-se a colocar o documento à disposição e sistematizá-lo, compreendendo sua relevância. A conselheira Tânia relatou que aconteceu um evento em moldes de roda de conversa entre igreja e Estado, onde se tratou o enfrentamento da violência contra a mulher. Ainda sobre a perspectiva da igreja, a conselheira relatou que integra do Núcleo Diretor de Pastores, onde é a única mulher, o que sinaliza um importante espaço conquistado, visto que a participação masculina era totalitária até a conselheira ser investida enquanto membro do Conselho Diretor de pastores; a conselheira agradeceu à conselheira Márcia pela exposição durante o evento. Já a conselheira Kelly divulgou a promoção da Marcha Mundial da Paz e da Violência, realizado pelo Departamento de Direitos Humanos, chegando a Curitiba dia 18 de dezembro após passar por vários outros locais; a conselheira explanou que ainda não se obteve o auditório onde se realiza o manifesto com resumo da implementação e a assinatura para que a defesa e busca da paz continue, tendo em vista todas as vulnerabilidades existentes, como questões ligadas à migrantes, mulheres negras, índios e tantos outros assuntos. Por fim, a conselheira Maria Elvira expôs sobre o 3º Encontro em Londrina promovido pela CEPAS, no qual se fizeram presentes 4 conselheiras – a conselheira expressou que várias entidades abraçaram a ideia e, dessa maneira, pôde-se construir a primeira carta de Londrina; agora, objetiva-se construir, em um 4º encontro, a carta do Paraná. A conselheira ainda expressou que na Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa o Conselho das Comunidades realizou uma blitz na Avenida Paraná, do qual obtiveram apoio de várias frentes, como o CMDM de Londrina. A presidente relatou que esteve no Seminário da ALEP sobre Avanços e Retrocessos nas Políticas para as



CONSELHO
DA MULHER
DO PARANÁ

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ**



Mulheres, onde esteve presente a Ex-Secretária Nacional de Enfrentamento às Violências, responsável pelos avanços geridos em sua gestão; a presidente relatou que participou da mesa como Conselho da Mulher e expressou apenas falta de tempo para debater todos os acontecimentos, mas que a necessidade de tais eventos é eminente, principalmente enquanto conselho. A presidente relatou também a posse do CMDM de Curitiba, com a expectativa de um conselho atuante. Por fim, a presidente agradeceu às conselheiras pelo trabalho durante o ano; com isso, após as referidas discussões, a reunião encerrou-se. Esta Ata foi redigida pelo estagiário Gabriel Rocha e corrigida pela Secretária Executiva Jane Vasques, após aprovada será publicada no DIOE e inserida no site do CEDM/PR.